



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	327/2024
Data do Início	04/01/2024
Folha	33
Rubrica	

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 327/2024, Pregão Presencial 35/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gestão e controle de margem consignável com lançamento em folha de pagamento, disponibilização de sistema informatizado e a manutenção corretiva, adaptativa e evolutiva deste sistema, atendimento, capacitação e assessoramento para a execução dos serviços descritos neste documento, devendo a solução de software atender fielmente às legislações aplicáveis a este ente federativo, em especial, o Decreto Municipal nº 128, de 06 de março de 2018.

À Secretaria Requisitante,

A empresa **ZETRASOFT LTDA**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 8.666/1993, especificamente no artigo 41:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 3º A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

§ 4º A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	327/2024
Data do Início	04/01/2024
Folha	34
Rubrica	

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

II – DAS RAZÕES

Em resumo, a impugnante alega:

- equívoco na escolha da modalidade e critério de julgamento;
- vício no edital que compromete a legalidade do procedimento licitatório;
- irregularidades e contradições nos requisitos do edital;
- ausência de previsão de critérios objetivos de exequibilidade

III – DO MÉRITO

A empresa ZETRASOFT LTDA questiona a escolha da modalidade e critério de julgamento adotados pela Administração, argumentando não ser este o procedimento mais eficiente para obtenção do objeto, considerando que o certame visa a aquisição de software com particularidades e especificações únicas que o diferenciam de outros sistemas e softwares do mercado, possuindo, ainda, natureza predominantemente intelectual, não se enquadrando no conceito de “bens e serviços comuns”.

A impugnante também cita ilegalidade na solicitação de entrega de código fonte do sistema, visto que o sistema em si, seu dicionário de dados, seu código-fonte e toda sua estrutura são pertencentes e de propriedade intelectual da Contratada. Ainda, aponta supostas irregularidades na disposição sobre propostas e lances, remuneração da contratada, requisitos técnicos.

É mencionado também que não há previsão no edital dos critérios que serão adotados para se verificar a exequibilidade das propostas a serem ofertadas pelas empresas

Em análise aos pontos atacados, passamos a nos manifestar sobre.

Inicialmente, é dever salientar que toda a estrutura da contratação segue o disposto no termo de referência e que o mesmo passa por diversas etapas até a divulgação do instrumento convocatório, incluindo a análise de legalidade.

Não é demais reforçar que o art. 40, I, da Lei 8.666/93 estabelece que o edital deverá conter o “objeto da licitação de forma sucinta e clara”; a exigência visa assegurar o tratamento isonômico entre os participantes e, ainda, garantir a eficiência da atuação administrativa. É através da definição clara e precisa do objeto da licitação que se poderá verificar a adequação da proposta ao que a Administração Pública busca contratar. Destaca-se, ainda, que somente assim é que se garante um julgamento objetivo por parte do ente licitante.

Pela lição do ilustre Marçal Justen Filho, temos:

“(…) o ato convocatório deve descrever o objeto de modo



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	327/2024
Data do Início	04/01/2024
Folha	35
Rubrica	

sumário e preciso. A sumariedade não significa que possam ser omitidas do edital (no seu corpo e nos anexos) as informações detalhadas e minuciosas relativamente à futura contratação, de modo que o particular tenha condições de identificar o seu interesse em participar do certame e, mais ainda, elaborar a proposta de acordo com as exigências da Administração.”

Porém, não se deve perder de vista o que dispõe o inciso I, do §1º, do artigo 3º, da Lei nº 8.666/93:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.”

Além do princípio da isonomia e legalidade, a administração permanece adstrita aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para adoção dos critérios a serem estabelecidos no edital, necessários ao atendimento do interesse público em busca da melhor proposta e, ainda, na ampliação da competitividade considerando os mais diversos possíveis interessados.

Reforçamos, também, as mais diversas etapas que englobam o processo administrativo, incluindo a pesquisa de preços que serve para verificação do mercado em atenção as especificações dos produtos/serviços a serem contratados, pelas palavras do Tribunal de Contas da União:

“Pesquisa de mercado: verificação das condições específicas do mercado conforme o objeto pretendido: especificação, marcas, qualidade, desempenho, prazos, garantia.”

Assim, importante lembrar que a Administração Pública realiza pesquisa de preços seguindo os parâmetros das legislações que versam sobre o tema, visando garantir que os valores praticados espelhem o que ocorre no mercado, visando assim proteger tanto os licitantes quanto o próprio órgão contratante. Esta Comissão entende que os argumentos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo Número	327/2024
Data do Início	04/01/2024
Folha	36
Rubrica	

apresentados pela empresa impugnante, merecem minuciosa apreciação pela Secretaria Requisitante que elaborou o referido edital.

Não obstante os pontos atacados na presente impugnação sejam de cunho técnico, é de bom tom que sejam analisadas as razões uma vez que a peça apresenta diversas questões de aparente relevância.

IV – DA CONCLUSÃO

Tendo em vista o conteúdo tratar de matéria técnica acompanhado pelo fato desta especializada não possuir a expertise técnica necessária para opinar sobre o tema, entendemos ser de competência da Secretaria Requisitante certificar-se a esse respeito, bem como, caso entenda necessário, adequar o Termo de Referência afim que a licitação alcance a melhor proposta e não fira a competitividade do certame.

Diante do exposto, submetemos à Secretaria Requisitante.

Em 05/01/2024

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS
Mat. 111.813

De acordo

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS
Pregoeira
Mat. 109.262